

**ESTATUTO SOCIAL DA "ASSOCIAÇÃO MONSENHOR CELESTINO"****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO**

**Art. 1º – O Clube da Mães**, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 24 de junho de 1962, com sede, foro e domicílio fiscal à Rua Dona Amélia Ribeiro da Silva nº 721, centro, nesta cidade e comarca de Vargem Grande do Sul-SP conforme estatuto social registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas o nº 84 fls. 81 livro A-1, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 72.865.264/0001-19, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei 8058 de 13/01/1964 e Utilidade Pública Municipal Pela Lei 849 de 18/12/1973, passa pela aprovação do presente estatuto a denominar-se **Associação Monsenhor Celestino**, passando a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

**Art. 2º - A "Associação Monsenhor Celestino"**, tem por objetivo social a promoção humana, apoio e desenvolvimento de ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente.

§ 1º - Para a consecução de suas finalidades a "**Associação Monsenhor Celestino**" poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações, projetos e programas com prazo de duração indeterminado visando:

- I- Assistência social atendendo a todos os públicos interessados incluindo: crianças, adolescentes, jovens, adultos, homens, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais e pessoas em estados de vulnerabilidade;
  - II – promover a educação e a saúde;
  - III – preservar a defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
  - IV– promover o desenvolvimento social com programas de inserção no mercado de trabalho;
  - V – promover programas voltados para a cultura, preservação das Culturas Populares e desenvolvimento da cidadania plena;
  - VI- proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando preservar a saúde física e mental;
  - VII- promover o desenvolvimento da comunidade;
  - VIII- incentivar e promover o voluntariado;
  - IX- promover a ética, a paz, cidadania, direitos humanos, democracia e outros valores universais;
  - X- promover programas sociais;
  - XI- promover a capacitação profissional;
- § 2º – a Associação exercerá suas atividades em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social e demais legislação pertinentes.

**Art. 3º:** A realização de seus objetivos sociais ocorrerá através da execução direta de projetos, programas e ações, custeadas por meio de:

- I - Doações de recursos físicos, humanos e financeiros;
- II- pela prestação de serviços intermediários de apoio de outras organizações.
- III- subvenções e convênios com Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais;



IV- convênios e parcerias com a iniciativa privada.

**§ Único** - A Associação poderá fazer uso dos meios de radiodifusão, redes sociais, TV, imprensa e demais meios de comunicação.

**Art. 4º** - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de etnias, gênero, religião ou político partidário.

**§ Único**: A entidade desenvolverá suas atividades baseado nos valores cristãos.

**Art. 5º** - A Associação terá um Regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS SÓCIOS: SUAS CATEGORIAS, DIREITOS E DEVERES**

**ART. 6º** - A "Associação Monsenhor Celestino" é constituída por número ilimitado de sócios, distinguidos nas seguintes categorias:

- I- **Fundadores**: aqueles que assinaram a Ata da Assembleia de fundação da Associação;
- II- **Ativos**: aqueles que voluntariamente participam ativamente dos trabalhos da Associação;
- III- **Contribuintes**: aqueles que contribuem financeiramente com a entidade;
- IV- **Beneméritos**: a juízo da Diretoria, aqueles que venham a prestar a entidade serviços relevantes ou que tenham contribuído com donativos de vulto;
- V- **Honorários**: aqueles que, embora não pertencendo a qualquer das outras categorias, venham a merecer esta distinção a critério da Diretoria, em consequência de seus trabalhos em favor desta Associação.

**Art. 7º** - São direitos dos sócios, quites com suas obrigações.

- I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III - ter acesso a todos os documentos da Associação;
- IV - recorrer ao conselho das decisões da Diretoria;
- V - sugerir a Diretoria, por escrito, medidas ou providências que aspirem ao aperfeiçoamento dinâmico da entidade. Bem como denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias e regimentais da Associação;
- VI - propor a admissão de novos sócios.

**Art. 8º** - Os sócios não adquirem direito algum sobre os bens e direitos da Associação Monsenhor Celestino a título algum ou sob qualquer pretexto.

**Art. 9º** - São deveres dos sócios

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembleias gerais;
- III - exercer com dedicação e zelo o cargo que lhes for atribuído e levar a bom termo as missões que forem confiadas pela Diretoria;



- IV - comparecer às Assembleias Gerais, e participar ativamente às reuniões a que for convocado;
- V - cooperar para o desenvolvimento e a realização das atividades da Associação;
- VI - fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações decorrentes da Assembleia Geral e da Diretoria;
- VII - aceitar e exercer os cargos para o qual for eleito ou designado;
- VIII - zelar pelo bom nome da instituição;
- IX - zelar pela preservação do patrimônio da associação.

**Art. 10º** - Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos e obrigações da Associação.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 11º** A Associação tem como órgãos deliberativos e administrativos:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria Executiva;
- III- Conselho Fiscal;
- IV- Conselho Consultivo.

**Art. 12º**- A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Art. 13º - Compete à Assembleia Geral:**

- I- Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II- decidir sobre a reforma do estatuto;
- III- decidir sobre a extinção da sociedade nos termos do Artigo 36;
- IV- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V- aprovar o regimento interno;
- VI- destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VII- examinar e aprovar as contas anuais;
- VIII- decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- IX- decidir sobre alocação entre recursos de projetos.

**Art. 14º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano até o dia 31 (trinta e um) de maio para:

- I - apreciar o relatório anual da Diretoria;
  - II - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.
- Acompanhado do Relatório do Presidente do Conselho consultivo.

**Art. 15º**- A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente a cada biênio, na segunda quinzena do mês de agosto, para eleger nova Diretoria e novos Conselhos.

**§ único**- A eleição dos membros da Diretoria e dos Conselhos será feita sempre em eleição secreta, salvo em caso de chapa única, que será por aclamação.

**Art. 16º**: A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada:

- I - Pelo presidente da Diretoria;



- II – pela Diretoria;
- III – pelo Conselho Fiscal ou Consultivo;
- IV – por requerimento de 1/3 dos associados quites com as obrigações sociais.

**Art. 17º** - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

**§ Único** - Se não houver número suficiente de associado para a instalação da Assembleia, o início dos trabalhos ocorrerá trinta minutos após o horário, em segunda convocação, com o número de associados presentes.

**Art. 18º** - A Diretoria será constituída por:

- I- Presidente,
- II- Vice-Presidente,
- III-Primeiro e Segundo Secretários,
- IV- Primeiro e Segundo Tesoureiros
- V- Assistente eclesiástico.

**§ 1º** – O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

**§ 2º** – Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos membros.

**§ 3º** - O cargo de Assistente eclesiástico será exercido pelo titular da paróquia Sant'Ana ou por quem ele nomear e será considerado membro nato da diretoria.

**§ 4º** - Em caso de vacância caberá aos demais membros diretores nomearem o substituto, cujo mandato durará até a realização da Assembleia Geral bienal, que elegerá a nova diretoria.

**§ 5º**- Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para o qual foi eleito.

**Art. 19º - Compete a Diretoria:**

- I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;
- II - deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários;
- III - analisar e aprovar os balancetes contábeis mensais apresentados pela Tesouraria;
- IV – elaborar e executar programa anual de atividades;
- V – elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- VI – estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;
- VII – firmar parcerias com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VIII - prestar contas da administração, anualmente;
- IX- elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;
- X- elaborar os regimentos internos da associação e de seus departamentos;
- XI – convocar a Assembleia Geral.



**Art. 20º-** A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da entidade, lavrando-se a ata e aprovando os balancetes contábeis mensais, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente cujas decisões serão tomadas por maioria de votos.

**Art. 21º - Compete ao Presidente:**

- I – Representar a entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – assinar com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
- VI- autorizar as despesas da entidade;
- VII- orientar os trabalhos de interesse da entidade;
- VIII- auxiliar os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções;
- IX - dirigir e supervisionar todas as atividades da entidade;
- X- assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da Associação.

**Art. 22º- Compete ao Vice-Presidente:**

- I - Substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos;
- II - assumir a função de Presidente, em caso de vacância, até o término do mandato;
- III - atender e desempenhar funções especiais que lhe forem atribuídas pelo Presidente;
- IV- auxiliar o presidente e os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções.

**Art. 23º- Compete ao Primeiro Secretário:**

- I - Secretariar e lavrar as atas de reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- II - elaborar os editais e as pautas das reuniões da Diretoria e da Assembleia geral;
- III - organizar e manter os arquivos de documentos da entidade;
- IV- redigir e expedir a correspondência da entidade;
- V- auxiliar os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções;

**Art. 24º- Compete ao Segundo Secretário:**

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e impedimentos;
- II- assumir a função de Primeiro Secretário em caso de vacância, até o término do mandato;
- III- auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas funções;
- IV- auxiliar os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções.

**Art. 25º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:**

- I - Orientar, analisar e fiscalizar os trabalhos de contabilidade da entidade, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;



- II – contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- III – pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- IV – apresentar balanço financeiro anual para ser submetido à Assembleia Geral;
- V – assinar, juntamente com o Presidente, os documentos necessários para pagamentos e remessas de valores;
- VI – apresentar relatório de receita e despesas sempre que forem solicitados;
- VII – conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VIII – apresentar até o dia 31 (trinta e um) de março o balancete ao Conselho Fiscal;
- IX – em conjunto com o presidente, assinar cheques e movimentar as contas bancárias da entidade;
- X – publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;
- XI – elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;
- XII – auxiliar os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções.

**Art. 26º- Compete ao Segundo Tesoureiro:**

- I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro;
- IV – auxiliar os demais membros da Diretoria nos exercícios de suas funções.

**Art. 27º- São atribuições do assistente eclesiástico:**

- I – prestar assistência religiosa à entidade e a seus membros;
- II – orientar a diretoria nos exercícios de suas atribuições;
- III – orientar quanto a realização de atividades cujo espírito vá contra a dignidade do ser humano ou que venha contrariar os valores cristãos;
- IV – cuidar da idoneidade da entidade e de seus membros;

**Art. 28º-** Disporá a entidade, como órgão auxiliar e consultivo da Diretoria, de um conselho composto de 9 membros, eleitos pela assembleia geral com mandato de dois anos.

§ 1º - O mandato do Conselho Consultivo será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Os conselheiros eleitos escolherão entre si um membro que será presidente do conselho consultivo.

§ 3º - Em caso de vacância caberá aos demais conselheiros nomear o substituto, cujo mandato durará até a realização da assembleia geral bienal, que elegerá o novo conselho.

§ 4º - As deliberações e pareceres do Conselho Consultivo serão tomados por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.



**Art. 29º - São atribuições do Conselho consultivo:**

I- Opinar sobre questões que lhe forem propostas pela diretoria e relatá-las quando submetidas a decisão da assembleia geral.

**Art. 30º -** O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

§ 3º - Os Conselheiros titulares e suplentes permanecerão no exercício de seus cargos até a posse do novo Conselho Fiscal.

**Art. 31º - Compete ao Conselho Fiscal:**

I - fiscalizar a gestão financeira e administrativa da Associação, examinando toda a documentação contábil;

II - examinar o balancete apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;

III - apreciar relatórios de receitas e despesas;

IV - opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

V - comparecer, quando convocados, às Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;

VI - o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente anualmente, e extraordinariamente, sempre que necessário;

VII - o conselho fiscal, para melhor exercer suas atribuições, poderá valer-se de técnicos ou escritório especializados, bem como de auditoria externa.

**Art. 32º -** Não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou títulos em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

**CAPÍTULO IV**

**DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS**

**Art. 33º -** A Associação manter-se-á através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, em território nacional.

**Art. 34º -** O Patrimônio da Associação será constituído de dinheiro em espécie, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

**Art. 35º -** As fontes de recursos para o desenvolvimento e manutenção da Associação, proveem de:

I - receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir;



- II – doações de qualquer natureza;
- III – convênios, auxílios e subvenções do Poder Público;
- IV – auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social.

**Art. 36º** – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio remanescente será destinado a entidades congêneres, ou a uma entidade pública com sede e atividade, no município de Vargem Grande do Sul, Estado do São Paulo, nos termos do artigo 61 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

## **CAPÍTULO V**

### **DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**Art. 37º** – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Art. 38º** – A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexequíveis a juízo da maioria dos associados.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 39º** – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

**Art. 40º** – Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

**Art. 41º** – Considera-se data de fundação da entidade a data de aprovação do primeiro Estatuto Social, ou seja, 24 de junho de 1962 (vinte e quatro de junho de mil novecentos e sessenta e dois).

**Art. 42º** – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Vargem Grande do Sul- SP.



Vargem Grande do Sul, 21 de maio de 2018.

Mário Rubens Spanholo  
Presidente

TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP



Aparecida Bernadete Bento Gimenes  
1ª Secretária

TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP



João Paulo de Oliveira Nascimento  
OAB/SP nº 280.788

TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP



TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS DE VARGEM GRANDE DO SUL - SP  
ORLANDO BENITO TEIXEIRA - Tabelião | Rua do Comércio, 644 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP - Tel: (19) 3641-3830

Reconhecido por semelhança 3 (três) firma(s) supra de: MARIO RUBENS SPANHOLO (78620), APARECIDA BERNARDETE BENTO GIMENES (76888), JOAO PAULO DE OLIVEIRA NASCIMENTO (76441). Dou fé.  
Vargem Grande do Sul - SP | 25/05/2018.

Assinaturas:  
TALITA FERROZELE PENNA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
Seg. 7.005.019.935-04/950493349515152 PROTESTO  
Total: R\$18,27  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

TALITA FERROZELE PENNA  
Escriturante  
Vargem Grande do Sul - SP



Ilustríssimo Senhor Oficial, do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Vargem Grande do Sul – SP.

**Clube das Mães**, entidade beneficente, com sede nesta cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo devidamente inscrita no CNPJ sob o número 72.865.264/0001-19, neste ato representada pelo seu presidente **Mário Rubens Spanholo** CPF 055.086.798-80, vem requerer de V.Sa., a averbação da alteração do Estatuto Social devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2018, junto ao Registro da entidade neste cartório.

Termos em que.  
P. deferimento.

Vargem Grande do Sul, 25 de maio de 2018.

**TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP**

Mário Rubens Spanholo  
Presidente

**TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP**

João Paulo de Oliveira Nascimento  
OAB/SP 280.788

**TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS DE VARGEM GRANDE DO SUL - SP**  
ORLANDO BENITO TEIXEIRA - Tabelião / Rua do Comércio 644 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP - Tel.: (19) 3641-3930

Reconheço por semelhança 2 firma(s) supra de: **MARIO RUBENS SPANHOL(7662)**, **JOAO PAULO DE OLIVEIRA NASCIMENTO(7661)**. Dou fé.  
Vargem Grande do Sul - SP, 24/05/2018.

Assinatura: **TALITA FERROZELE PENHA - ESCRIVENTE AUTORIZADA**  
Seq. 5053485350484956495349495356 Total: R\$12,18

\* VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE \*

**DE LETRAS  
TALITA FERM  
Escr  
Vargem Grande do Sul - SP**



**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

Rua Dr. Moacir T. Peres nº 455 – Tel. 3641-1033

CNPJ. nº 51.270.080/0001-36

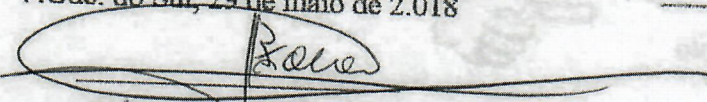
Vargem Grande do Sul – SP.

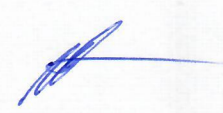

Apresentado hoje para **averbação** e protocolado  
sob o n. 601, fls. 128, do livro A-1.-

**AVERBADO** sob nº 05 no Reg. nº 84, fls. 54, Livro  
A-1, em data 29.05.2018.-

V.Gde. do Sul, 29 de maio de 2.018

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Vargem Grande do Sul - SP  
Rua Dr. Moacir T. Peres, 455  
IVO TOMAZ  
Oficial  
JOSÉ RICARDO BERTOLOTO  
Substº do Oficial

  
OFÍCIO DE REGISTRO DE  
IMÓVEIS E ANEXOS  
José Ricardo Bertoloto  
Escrevente  
Vargem Grande do Sul - SP



Cópia da Ata extraída do livro de Ata nº 04(quatro), folhas 29v e 30 do Clube das Mães CNPJ 72.865.264/0001-19. Ata da Assembleia Geral Ordinária do Clube das Mães realizada em 21 de maio de 2015. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (2018), no salão da Igreja Matriz da Paróquia Sant'Ana nesta cidade de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os associados do **Clube das Mães**, com as finalidades: 1- Aprovação da aquisição do Imóvel para a sede da entidade. 2- Apreciação e aprovação para entidade pleitear a outorga de um canal de Rádio Comunitária. 3- Alteração do Estatuto Social. Após verificar o livro de presença e o Pe. Paulo Valim fazer a Oração Inicial, os trabalhos foram iniciados pelo Presidente da entidade **Mário Rubens Spanholo**, colocando para apreciação dos presentes, que devido a necessidade de adquirir um imóvel para a sede da entidade, encontra-se em negociação a aquisição de um imóvel situado a Rua Dona Amélia Ribeiro da Silva nº 721 centro pelo valor de R\$ 457.500,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), esclarecendo que o valor inicial era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e após várias negociações chegou-se ao valor final. Colocando em votação, após várias manifestações, foi aprovada por unanimidade a aquisição do imóvel pelo valor acertado de 457.500,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais). Ato contínuo, foi colocada aos presentes a possibilidade de a entidade pleitear um canal de rádio difusão comunitária, após os debates necessários, definiu-se que a entidade irá pleitear junto ao Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações o referido canal. Em seguida foi colocado em apreciação o novo Estatuto da entidade que após a leitura de todos os artigos e feito alguns ajustes na redação do mesmo foi aprovado por unanimidade e entrará em vigor com a averbação do mesmo junto ao registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta comarca. Com a aprovação e registro do novo Estatuto, a entidade passa a denominar-se **"ASSOCIAÇÃO MONSENHOR CELESTINO**. Nada mais a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual é lavrada a presente ata que após lida e aprovada por todos vai assinada por quem de direito (aa) **Mário Rubens Spanholo** - presidente, **Aparecida Bernadete Bento Gimenes** - primeira secretária. Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da Ata Lavrada no Livro nº 4(quatro) folhas 29v e 30 da entidade Clube das Mães CNPJ 72.865.264/0001-19, Vargem Grande do Sul, 21 de maio de 2018.

TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP.

Mário Rubens Spanholo  
Presidente

Aparecida Bernadete Bento Gimenes  
Primeira Secretária

TABELIÃO DE NOTAS  
Vargem Grande do Sul-SP

João Paulo de Oliveira Nascimento  
OAB/SP 280.788

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS DE VARGEM GRANDE DO SUL - SP  
ORLANDO BENITO TEIXEIRA - Tabelião | Rua do Comércio, 644 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP - Tel.: (19) 3641-3930

Reconheço por semelhantes 3 firma(s) supra de: MARIO RUBENS SPANHOL(72662), APARECIDA BERNARDETE BENTO GIMENES(76888), JOAO PAULO DE OLIVEIRA NASCIMENTO(72662). Dou fé.  
Vargem Grande do Sul - SP, 25/05/2018.  
Assinatura

TALITA FERROZELE PINNA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

TAB 15030083504817564933471085-918 Total: R\$18,27  
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

TALITA FERROZELE PINNA  
Vargem Grande do Sul - SP